

## **“Cientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas”: A Academia Cearense e a Soberania do Conhecimento e das Leis Científicas.**

Por Gleudson Passos Cardoso

### Resumo.

A implantação da República no Ceará foi marcada pela intensa participação dos segmentos letrados da cidade de Fortaleza, em torno das discussões que pairavam sobre os rumos a serem tomados pelo novo Estado-Nação. Para obter maior projeção junto aos debates na arena nacional, boa parte foi se congregando em núcleos literários, filosóficos e científicos, originando sociedades como a Padaria Espiritual (1892-1898), o Centro Literário (1894-1904) e a Academia Cearense (1894-1922/1ª fase). Esta última, herdeira dos ideais positivistas e evolucionistas que orientaram campanhas intelectuais das décadas de 1870 e 1880, destacou o conhecimento científico como ferramenta indispensável às transformações ocorridas na sociedade brasileira, apontando formas de atingir o progresso e a civilização, os dois paradigmas sintomáticos daquela virada de século. Neste sentido, o presente artigo analisa como a Academia Cearense justificou, entre 1894 e 1904, a necessidade dos diferentes saberes científicos serem incorporados às decisões políticas do período. A principal fonte de investigação foi o seu periódico, a *Revista da Academia Cearense*, amplamente divulgado em diferentes circuitos intelectuais da época.

### **Palavras Chave:**

Academia Cearense – Intelectuais e a República – Cultura e Poder

## **Cientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas”: A Academia Cearense e a Soberania do Conhecimento e das Leis Científicas.**

Por Gleudson Passos Cardoso\*

Durante a transição do regime monárquico para o republicano, a geração de letrados conhecida como “Mocidade Cearense” participou dos movimentos políticos e intelectuais locais, congregando-se em diferentes núcleos de atuação na cidade de Fortaleza, nas sociedades literárias, científicas ou filosóficas. Foi o que se constatou em momentos distintos como a atuação da Academia Francesa (1873 - 1875) durante a questão religiosa, que através do jornal maçônico *Fraternidade*, Rocha Lima, Tomás Pompeu Filho, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Xilderico de Farias, dentre outros que se inspiraram nas teses de Sílvio Romero e Tobias Barreto da conhecida Escola do Recife, se empenharam contra o ensino jesuítico, realizando aulas sobre teorias científicas e evolucionistas na “Escola Popular”.

Também não pode ser esquecido o movimento abolicionista (início da década de 1880), no empreendedorismo pelo “progresso e pela civilização”, quando boa parte destes intelectuais somando-se a outros, como Guilherme Studart, Oliveira Paiva, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, se projetou tanto no circuito intelectual cearense, bem como no brasileiro, tendo como órgão o jornal *Libertador*, da “Sociedade Libertadora Cearense”. Naquele momento, através do Clube Literário (1887 - 1889), eles formularam as primeiras referências de um modelo nacional baseado nas teorias evolucionistas e científicas, reconhecendo a literatura enquanto espaço regenerador das demais instituições nacionais, presentes em diversos artigos na sua revista *A Quinzena*. Essa trajetória contribuiu para que a referida geração se auto-proclamasse como a alavanca do empreendimento civilizatório, que haveria de lançar a sociedade cearense nos rumos do progresso. Dessa forma, percebeu-se que na década seguinte, tais iniciativas pretéritas contribuíram para garantir a demarcação dos seus espaços de poder, momento em que estes intelectuais participaram diretamente da organização da ordem republicana<sup>1</sup>.

Em meio às agitações que pairaram na década de 1890, em certa medida, reflexo dos acontecimentos no cenário político nacional, inúmeras posturas intelectuais

surgidas no circuito letrado da capital cearense demonstraram diferentes interesses e participações direta ou indiretamente na construção do novo regime. Isto se atestou com o aparecimento de um número maior de sociedades literárias, congratulando diversas leituras e experiências sociais, interesses de grupo, enquanto distintas formas de se perceber e participar da República. Contudo, estas agremiações filosóficas, científicas ou literárias apresentaram em comum a preocupação com a “regeneração” política e social; cada uma a sua maneira, vislumbrando a garantia da ordem pública.

Com este intuito, destacou-se a Padaria Espiritual (1892 - 1896), o Centro Literário (1895 - 1904) e a Academia Cearense (1894 - 1903), cada uma resguardando sua leitura, postura política, propostas institucionais à implantação do novo regime. Pode-se entender que elas também foram diferenciadas por duas gerações de intelectuais que se alocavam nas legendas dos referidos espaços: a já mencionada “Mocidade Cearense” (Academia e Centro) e os “Novos do Ceará” (sobretudo, a Padaria Espiritual), grupo de letrados sem a mesma projeção intelectual dos antigos abolicionistas. Porém, devem ser destacadas que as principais distinções entre as três sociedades de letras, diz respeito tanto o conteúdo semântico presente em seus periódicos, bem como as preocupações atribuídas junto às prioridades e demandas que deveriam orientar os projetos nacionais.

Cabe também elencar que, no tocante à origem social, as duas gerações estiveram diferenciadas pelas suas experiências, uma vez que os sujeitos pertencentes à Mocidade eram oriundos dos senhores de terra, das elites políticas, comerciantes e camadas urbanas emergentes. Ao contrário, os “Novos” eram provenientes das camadas menos favorecidas da população de Fortaleza, filhos de retirantes e moradores dos subúrbios de Fortaleza que detinham certo instrumental letrado, mas, para sobreviverem, trabalhavam como caixeiros, funcionários da alfândega, jornalistas e escritores profissionais de pequena expressão<sup>2</sup>. Vários elementos podem ter contribuído para as diferentes posturas presentes no seio da cultura letrada cearense, referente às sociedades letradas da década de 1890. Contudo, três aspectos, aparecem evidentes diante das posturas políticas e das práticas letradas que distinguiram e determinaram o aspecto gregário dos respectivos sócios em cada espaço. Logo, as referências intelectuais, trajetórias políticas e a origem social, podem, assim, apontar indícios de que os movimentos intelectuais e literários existentes no

espaço cearense daquele período diversificaram seus modelos propostos no âmbito das discussões nacionais.

Dentre as sociedades intelectuais aqui elencadas, a Academia Cearense, fundada por Guilherme Studart, Tomás Pompeu Filho, Farias Brito, Antônio Bezerra, Justiniano de Serpa, Valdomiro Cavalcante (estes dois últimos, membros do extinto Centro Republicano Cearense), dentre outros, representou bem a forma como estes três elementos supracitados ajudaram a compor aquilo que Certeau definiu como prática social<sup>3</sup>. Sua leitura circulou por diferentes circuitos de leitores tanto da capital cearense, quanto de entidades e redações de jornais nas capitais brasileiras e outros países. Tendo em vista as forças históricas e tensões sociais vivenciadas naquele momento, a interagir com suas referências filosóficas e teorias a comporem “homologias e processo heterogêneos” de leitura<sup>4</sup>, no seu periódico, a *Revista da Academia Cearense*, o grupo apontou que a força evolutiva do progresso social estaria intimamente ligada à aplicação do conhecimento e das leis científicas na vida social. Como será percebido logo a seguir, esta linha de pensamento alimentou a idéia de que, no domínio de tal conhecimento, os próprios sócios da agremiação seriam os agentes fundantes do processo civilizador naquela realidade.

Motivados por um darwinismo político e intelectual, os fundadores da Academia Cearense acreditaram que, mediante o conhecimento das leis naturais (obtidos com a superação dos traços climatéricos relativos à seca de 1877) e a realização do empreendimento civilizador de 1884 (referente à emancipação dos escravos), poderiam identificar as leis morais e sociológicas que melhor permitiriam a regeneração nacional, sobretudo, a construção de um regime baseado na aplicação prática do conhecimento científico, orientados pelos pressupostos teóricos e filosóficos de Spencer, Darwin, Lamarck, Bucle, Taine, Le Bon, Comte e Littré, dentre outros cânones do evolucionismo e do positivismo. Como bem atestou o discurso de Pedro de Queirós, vice-presidente da Academia, publicado nº 03 do seu periódico em 1897, p. 12, em certa medida, estaria propondo um desenvolvimento sócio-político-moral alternativo aos rumos do poder orientados pelas antigas elites políticas remanescentes do período imperial sobre a República.

D’ahi o princípio consolador, que é o segredo de todas as conquistas na peleja santa da solidariedade humana o mystério de

todos os triumphos na guerra sagrada contra as forças da natureza  
(...)

A ‘Academia Cearense’ lucha para fazer honra a nossa terra, lucha para ser digna do nosso tempo.

(...) Porque o punhado de obreiros da Academia não poderá embryonar o valor vindouro de uma legião, a maya de uma importante instituição científica e social?

Quem sabe? Modesta e pequenina, (...) tem sido a eclosão de muita associação do mundo culto, que mais tarde se tem feito cada uma glória da Nação!

Não preciso dizer: nós da Academia estamos de pé no posto de combate, que espontaneamente escolhemos. Todos de pé!<sup>5</sup>.

Estiveram dispostos, naquele momento, os sócios da Academia Cearense, a apresentarem novos rumos para a vida nacional. Válido destacar que esta agremiação surgiu, inicialmente, com o viés científico e filosófico, sem nenhuma preocupação direta com as questões literárias, como àquelas que orientaram a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 na Capital Federal<sup>6</sup>. Contudo, não estiveram os seus sócios encastelados numa torre de marfim, fechados em si mesmos, trancafiados junto com seus conhecimentos, mas, como foi apresentado anteriormente, antes da fundação da Academia, eles já possuíam histórico e trajetória nas diversas campanhas políticas, filosóficas, sociais que agitaram o cenário brasileiro na transição da Monarquia para a República. Ora, sendo, em sua grande maioria, antigos participantes da questão filosófico-religiosa envolvendo o jesuitismo nos anos de 1870, atuantes na campanha abolicionista de 1884, bem como alguns que pertenceram ao Centro Republicano Cearense, pode-se dizer que desde cedo estiveram intencionalmente esperando adentrarem nos debates em torno da ordem pública e da reconstrução do Estado<sup>7</sup>. No entanto, não se pode perder de vista que naquela segunda metade da década de 1890, quando no cenário cearense a oligarquia liderada por Nogueira Accioly já havia consolidado seus interesses políticos, e, concomitante à arena nacional, quando as manobras dos republicanos “civilistas” do Partido Republicano Federal empossaram Prudente de Moraes (primeiro passo para sufocar os ânimos dos militares)<sup>8</sup>, os sócios da Academia Cearense

estavam se empenhando em demarcar seus espaços de poder, a definirem seus campos de atuação.

Contraditoriamente, por se tratar dos filhos, netos, parentes e apadrinhados dos antigos chefes políticos remanescentes dos extintos partidos monárquicos, o ataque encampado pelos sócios da Academia Cearense frente às oligarquias locais e ao seu jogo político, deveu-se, sobretudo, ao modo como estes grupos empregaram os mesmos arcaicos mecanismos de atuação política (violência, calúnia, difamação, perseguição, empastelamentos, assassinatos etc), junto a um regime que se proclamava democrático e civilizado, como foi alardeada ser a República. Não obstante, mesmo tendo a origem social junto às oligarquias locais, foram estas práticas políticas, empregadas pelas famílias, grupos políticos e facções rivais que se apresentaram na máquina administrativa, o motivo da contestação intelectual dos acadêmicos naquele momento. Dessa forma, através da aplicação do conhecimento científico os sócios da Academia vislumbraram adentrar nos debates da época, uma vez que acreditavam dominar o conjunto de leis que regeriam o curso da evolução positiva e natural da sociedade, como bem mostrou o discurso do seu Presidente, Tomáz Pompeu Filho, na ocasião do primeiro aniversário da entidade, publicado também na revista de nº 03, 1897, p. 03 e 04.

Diferente é o campo de acção, as armas outras; alli (no campo da política partidária) a lucta contra as ambições pessoais que ameaçam a cada momento subverter os grandes intuitos do Estado, o attricto dos interesses, o patriotismo asphixiado pelas contingências do partidarismo: aqui (no espaço da Academia Cearense) – a serenidade de investigadores da verdade, a convicção de que leis moraes governam os homens, as sociedades, os povos, não havendo mais nobre e súbito ideal do que procurar descobri-las, desmead-las da multiplicidade dos factos nos quaes se enreda e occulta.

Mas haverá realmente, como ensinam Quelet e Buckle, leis que presidam a formação e existência dos sentimentos e das idéas humanas, como a cohesão mantém a idissolubilidade ou adherência das moléculas, a atração, o movimento isochromo dos astros?

Respondel-o-há porventura a sociologia, quando da observação dos phenómenos humanos, tão incompleta, como tem sido, se poder tirar illações geraes, systemáticas que comprehendam em syntese grandiosa o complexo do nosso ser, no passado e no presente, nas suas relações altruístas ou de puro egoísmo<sup>9</sup>.

Pelos sócios da Academia, a reapropriação da leitura de Buckle entendeu que não somente por leis naturais, mas, sobretudo, por leis morais é que a humanidade deveria ser regida e assim erigir suas instituições. Seria, dessa forma, através do conhecimento científico dessas leis que o desenvolvimento social poderia ser garantido. Portanto, as próprias leis da sociologia tornariam possíveis aos grupos sociais identificar nas transformações sociais, as realizações e os fenômenos humanos (como a proclamação da República, por exemplo) em que seria aplicado o conjunto sistemático das leis morais que determinaria o progresso social. Logo, ao preterir outras formas de legitimidade e participação na vida pública, era induzida a idéia de que a sociedade confiasse suas decisões aos agentes que em suas práticas sociais detivessem o saber sobre o curso natural da existência, bem como a lógica e o curso racional dos acontecimentos humanos. Pode-se identificar que os sócios da Academia Cearense atribuíram à ciência, ao domínio de suas leis positivistas, sociológicas e evolutivas, o sentido epistemológico do real poder de intervenção política aos sujeitos que fizessem uso cotidiano desse conhecimento.

Pode-se dizer que a matriz teórica deste raciocínio está no modelo de Estado regido por setores que detivessem o domínio das leis científicas, homens de letras, por excelência, pressuposto definido por Comte de “sociocracia”, presente no terceiro capítulo do seu “Discurso sobre o Conjunto do Positivismo”<sup>10</sup>. Abarcando diversas áreas do conhecimento, como a geografia, a história, o urbanismo, etnografia, botânica, biologia, sociologia, dentre outros campos, nos artigos da *Revista da Academia Cearense*, os sócios deixaram às claras os possíveis êxitos e vantagens que o Estado haveria de obter com o exercício do saber científico em sua agenda oficial. Aos estudos etnográficos, historiográficos, sociológicos e geográficos (conforme a publicação dos sócios) foram-lhes atribuídas responsabilidades enquanto ferramentas essenciais no desenvolvimento da nação

e sociedade brasileiras, para auxiliar o exercício político do Estado, sua expansão e influência diante de outros povos.

Os estudos sobre Geographia (...) constituem, no momento actual, uma predilecção para o número extraordinário de homens de letras; mais que isso; não preocupam só o círculo dos estudiosos, chegam a impor-se às animações e applausos das sociedades e aos cuidados dos governos.

A política também tomou a si o assumpto.

Essas tentativas de expansões coloniaes (...) não são mais que a causa ou a resultante do grau de desenvolvimento a que tem attingido o estudo da geographia em si e das sciências, que com ella se entrelaçam.

(...) Até as artes dam-se as mãos para diffundir o gosto, amenisar ou arredar os tropeços, interessar os povos mais adiantados nas diversas empresas tendentes a alargar as noções adqueridas sobre regiões, em que mal ou nada há penetrado a civilisação, noções que a imprensa se encarregará de divulgar scientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas (... ..)

Nós brasileiros, porém, quasi cerramos os ouvidos a esse prodigioso ruído, a esse entortecedor movimento<sup>11</sup>.

Na coluna “Bibliografia”, segundo os comentários bibliográficos de Guilherme Studart ao livro de conhecimentos geográficos publicado pelo presidente da entidade, Tomás Pompeu Filho, vê-se o crédito dado às ciências, tendo como referência as conquistas técnicas e a expansão dos interesses comerciais que nações industrializadas, como Inglaterra e França, haviam alcançado naquele momento. Sabe-se que tais anseios foram, em ampla medida, alimentados pelas trocas simbólicas e experiências vivenciadas na realidade de Fortaleza, durante as relações comerciais que a capital alencarina manteve com nações colonialistas (como França e Inglaterra), durante o ciclo algodoeiro<sup>12</sup>. Naquela ocasião, o fluxo de comerciantes, cónsules, embaixadores, empreendedores, trouxe também

outro fluxo, o de “capitais simbólicos” (como sugeriu Bourdieu<sup>13</sup>), em que livros, jornais, revistas científicas, romances, dentre outros escritos, passaram a fazer parte da vida comercial e da experiência letrada de Fortaleza. Portanto, diante do contato que os acadêmicos tiveram não somente com os temas e teorias em voga nos principais centros industriais europeus, mas, com as práticas políticas destes países “civilizados”, a emergência de um Estado que pudesse ser constituído segundo os moldes do progresso industrial e científico haveria de garantir à nação brasileira sua realização material e moral. Certamente, é possível se dizer que os anseios dos sócios da Academia Cearense eram alinhados aos desejos das elites urbanas brasileiras, uma vez que, na leitura de muitos intelectuais, o Império havia fracassado em alimentar instituições como a escravidão e o ruralismo na economia<sup>14</sup>.

Dessa forma, estariam ciência e poder articulados numa ação pragmática que haveria de orientar as decisões e práticas do novo regime, a promover o desenvolvimento técnico e científico, expandir os interesses nacionais e adentrar no conjunto dos países que compunham as “nações civilizadas”. De fato, não diferente do cenário letrado das capitais brasileiras, aqueles homens de letras pensavam para além do Brasil, pois suas referências estavam ancoradas na realidade dos centros industriais europeus, onde seus segmentos urbanos emergentes e dominantes, imbuídos dos discursos embalados pelas leis positivas e cientificistas do período, alimentaram a mentalidade imperialista das megalomanias eurocêntricas.

Conforme se pensou, o uso do conhecimento científico para o desenvolvimento do Estado-Nação, sob os rumos da República recém instaurada, tornaria possível a ação dos intelectuais na vida pública, a garantir-lhes uma forma de legítimo exercício no poder político. De acordo com o que foi vislumbrado pela intelectualidade brasileira naquele momento, após a derrocada do Estado Monárquico e das suas instituições políticas, nada mais seria legítima ao curso positivo do processo social, senão a superação de um regime centralizador por outro em que a liberdade e a democracia haveriam de prevalecer. Neste novo “estágio”, a vida política deveria ser orientada por aqueles que detivessem o uso dos instrumentos necessários a alavancarem o Estado-Nação através do conhecimento científico. Na verdade, essa elite intelectual em ascensão (em grande parte oriunda dos senhores de terra que viram suas práticas questionadas por discursos

modernizantes), se propusera a tomar frente do país e lançá-lo no curso da civilização, segundo pressupostos eurocêntricos. De acordo com a sua lógica de raciocínio, a idéia de Estado segundo a visão dos antigos chefes políticos remanescentes da política imperial, haveria de ser superada com a República, o que em tese romperia com a estratificação social assentada sobre o escravismo, inaugurando a sociedade das liberdades individuais e do progresso científico. Como se sabe, o ideal positivo casado à leitura spenceriana de progresso e evolução heterogênea dos níveis político, social e intelectual, imaginados pelos segmentos letrados brasileiros, não superou os campos da retórica.

Em vias discursivas, os sócios da Academia Cearense se posicionaram contra os antigos chefes políticos, que por sua vez se empenhavam na cena pública em prol do favoritismo entre as oligarquias. Pode-se afirmar seguramente que esta postura deveu-se ao descrédito que camadas mais esclarecidas e atuantes na vida política brasileira, lançaram sobre a imagem das liberdades federativas constituídas sob a orientação do eminente pacto oligárquico, o que, por outro lado, alimentou desejos por um centralismo político nestes setores descontentes. Em meio às insatisfações de diferentes grupos políticos, revoltas regionais, bem como o reaparecimento de militares sediciosos e monarquistas insólitos, a defenderem posturas centralizadoras contra o federalismo “às avessas” característico dos primeiros governos civis<sup>15</sup>, o modelo jurídico do Estado brasileiro foi discutido e questionado no artigo “Unidade Processual”, de Rodrigues de Carvalho, publicado em 1904 na *Revista da Academia Cearense*, nº 09, p. 102 - 106, destacando os desmandos locais provenientes dos abusos de poder dos segmentos oligárquicos.

O actual momento histórico da política brasileira, em que a reconstrução não está perfeitamente solidificada, traz á vida jurídica da nação uma certa anomalia, uma falta de equilíbrio, como a de se ressentir o corpo mutilado de súbito em diversos órgãos.

O substituir-se de xofre a unidade política pela federação absoluta, e concomitantemente a vida judiciária fragmentada, como se vê; determinou essa falta de condições státicas, á manifestar-se em todos os phenómenos da vida nacional.

A sonhada revisão constitucional; a aspiração de tornar-se a justiça una; e agora a projetada unidade processual; não passam de syntomas dessa falta de adopção do regimen federativo.

(... ..)

Os maiores juristas pátrios condemnão essa anomala diversidade de leis estadoaes que alteraram até a mais respeitável das instituições – o jury(...)<sup>16</sup>.

Conforme é dado a se perceber, a crítica ao modelo processual em destaque, debateu-se de frente com a maneira pela qual a referida unidade jurídica e constitucional haveria de ser feita. Logo, como forma de marcar um posicionamento ao jogo político que se fazia à época, a preocupação maior reportou-se aos elementos que haveriam de ser considerados para tal empreitada, sobretudo, quem haveria de realizá-lo. Mais uma vez, foram as referências intelectuais que predominaram como discurso legitimador a aclamar o poder ilustrado, campo de ação dos sócios da Academia, a orientar as decisões na vida institucional.

Essa diversidade não afecta só as relações jurídicas, dissemelhantes de Estado para Estado como se fosse nação a nação: mas os elos ethnográficos e sociais. Um povo de uma mesma origem, crendo pela mesma religião, externando idéas por uma língua commum, preso pelo mesmo destino, não pode estabelecer o equilíbrio de seus direitos por essa multiplicidade de normas processuaes.

E Tocqueville, (...) syntethisou neste juízo tendo quanto em outros termos constitue o theoria do meio, raça e momento, expedida por Montesquieu e ampliada por Taine: ‘Os povos resentem-se eternamente de sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência. – Se fosse possível a todas as nações remontar á origem de sua história, não duvido que ahi poderíamos descobrir a causa primaria das prevenções, dos usos

e paixões dominantes, - de tudo em fim quanto compõe e que se chama de caráter nacional’.

(... ..)

Em syntese: A uniformidade processual no Brazil é uma necessidade palpitante; mas o meio de praticá-la sem receios e tiversações futuras da parte de algum Estado, não é aviltado pelo Illustrado Presidente do Rio de Janeiro (na época Nilo Peçanha); só o Congresso Nacional pode estabelecê-la coactivamente, de modo que de dia para dia não tenhamos a triste decepção de ver um mesmo assumpto tratado no motu continuo das máchinas legislativas dos Estados<sup>17</sup>.

É impressionante como o autor deste artigo procura dar legitimidade às suas interpretações junto aos cânones do conhecimento histórico, filosofia do direito e do determinismo geográfico, num mosaico em que o pensamento de cada autor complementaria determinado aspecto da sua verdade anunciada. Conforme pensou Rodrigues de Carvalho, sócio da Academia Cearense, a unidade processual feita sem a aplicação das leis sociológicas, garantia os interesses políticos em favor das oligarquias junto às máquinas legislativas estaduais, em detrimento de um pacto federativo consistente ou, em último caso, de um, centralismo que viesse garantir a “forma mais coerente” para consolidar uma unidade processual legítima. Ou seja, propunha-se um modelo jurídico-político baseado no conhecimento científico – sobretudo, historiográfico, sociológico e etnográfico - para combater as práticas políticas condenadas, em linhas retóricas, pelos intelectuais em destaque.

Desta feita, compreende-se que a leitura social presente na produção periódica da Academia Cearense se contrapôs a certos episódios da postura liberal-excludente apresentada pelo Estado republicano brasileiro, a engrossar o coro de outras vozes de setores descontentes na cena pública nacional. Pode-se entender que, em linhas gerais, este posicionamento permitiu uma interpretação dos leitores do seu periódico em dois sentidos: primeiramente, a reação contra o autoritarismo das elites rurais, eminentemente àquelas que orientaram as decisões políticas do momento; em segundo, mobilizar a opinião pública em favor daqueles que detinham o poder letrado como capazes de orientar aquele processo com os

usos do saber científico. De acordo com a leitura daquela entidade, era a ciência, bem mais que a instituição literária empreendida por outras agremiações contemporâneas, que haveria de orientar a construção de uma nova sociedade, regida pelos detentores do conhecimento de suas leis, naturais e sociológicas. Como bem pensaram os membros da Academia Cearense, seriam os homens de letras e ciência como eles, detentores do saber geográfico, histórico, sociológico, etnográfico, dentre outros campos, que haveriam de impulsionar a sociedade brasileira nos caminhos do progresso.

A completa submissão da nossa época às leis e às descobertas científicas é a nossa glória.

(...) Todos os meios de análise, fornecidos pela *Physiologia*, a *Zoologia*, a *Chimica*, a *Phísica*, a *Medicina*, *sciências conquistadoras e inovadoras na expressão de Richet (L' Homme et l'Intelligence, 1884)* – têm sido postos ao serviço da verdade na investigação das profundezas mais misteriosas do espírito humano (*Taine – La Théorie de l'influence du milieu professee á l'École des Eaux- Arts*). As noções *theológicas e metaphysicas* hão succedido em *Litteratura*, na *Arte* (*P. Alex – Du Droit et du Positivisme*), em *philosophia*, na *política*, na *vida econômica*, em fim, em todas as manifestações da existência social e individual, as noções científicas; e a própria *Religião*, como si quizesse render uma *solemne homenagem ao espírito do tempo e ao progresso da cultura humana*, procura por meio dos seus mais zelosos e mais devotados servidores harmonizar com as verdades da ciência os insondáveis *mystérios dos seus dogmas (Revue Scientifique, 1895)*<sup>18</sup>.

Mais uma vez, apresentou-se a preocupação em legitimar um discurso de verdade sustentado em diferentes cânones e teorias científicas, filosóficas e até literárias. Percebe-se o esforço dos membros da Academia Cearense em meio às agitações sociais ocorridas na vida política brasileira na virada dos séculos XIX para o XX, como inseridos numa tensão presente entre as posturas políticas e as leituras sociais, a interpretarem soluções

para a realidade nacional naquele período. Representantes dos antigos chefes políticos na defesa do seu favoritismo no controle das máquinas estaduais, a ditadura positivista ainda defendida por grupos militares descontentes com os governos civis, inexpressivas forças monárquicas em defesa do centralismo<sup>19</sup>, sem esquecer o mérito das revoltas populares<sup>20</sup>, enfim, são apenas algumas das principais forças políticas e sociais que, assim como as elites intelectuais de referências europeizantes, se apresentaram nos embates em torno da organização da República e das práticas até então adotadas por seus representantes.

Estando o conhecimento científico imbuído de agir sobre a ordem pública, a ciência também possibilitaria através dos seus métodos que os cidadãos utilizassem os instrumentos necessários de ação prática em suas vidas cotidianas. Sobretudo no tocante aos direitos políticos, em que a preocupação maior seria com a participação e o direito à cidadania nas esferas institucionais da República. Segundo os pressupostos do spencerianismo pelos intelectuais brasileiros, o bem-estar social haveria de ser garantido pelos detentores do saber científico, aqueles que conhecendo o curso das leis naturais e morais levariam o Estado-Nação e a sociedade brasileira ao desenvolvimento condizente às transformações da época moderna, ainda que velado por uma retórica doutrinária e provedora<sup>21</sup>.

As conquistas da Ciência vão depressa como os mortos da lenda germânica. O vapor, a elletricidade não gastaram um sécculo para percorrer e penetrar as últimas camadas das sociedades civilisadas. Não assim as idéas moraes; os mais belos preceitos, as predicas evangélicas de Chisto, quão longe estam de ser comprehendidos e objectivarem-se em actos da vida ordinária.

É que as idéas, como a boa semente, precisam de terreno apropriado, adubado, para produzir, para frutificar.

Laborar esse solo, preparál-o, mandál-o, eis a tarefa dos sonhadores – philósophos, poetas, litteratos – que como os modestos e obscuros sócios da – Academia Cearense – nutrem a grata esperança de facilitar a adpatação d’aquellas idéas ao meio em que vivem, ás intelligências que os rodeiam<sup>22</sup>.

Aos poucos, pode ser percebido que o discurso daquela entidade foi portador de um caráter doutrinador, eminentemente cientificista. As idéias matrizes e o uso do saber científico possibilitariam a prescrição de leis morais para os grupos sociais que haveriam de alcançar o estado positivo. Portanto, “evangelizar” os indivíduos para estarem a par desses princípios da positividade humana, orientando-os de acordo com a evolução sociológica, a par das conquistas técnicas da era industrial, seria a incessante atividade de caráter pedagógico dos acadêmicos enquanto homens de saber. Doutrinar para o progresso, eis a sua missão.

O raio de ação da leitura da Academia não se resumiu apenas ao âmbito da esfera cearense. As correspondências foram igualmente responsáveis pela intensa circulação de idéias produzidas e reproduzidas entre os acadêmicos e seus interlocutores mundo afora. Era, na verdade, a tentativa de divulgar na “República das Letras” os seus pressupostos científicos e teorias, propor modelos de intervenção no Estado-Nação que se configurava naquele momento. Logo, manter contato com institutos, academias, jornais, sociedades literárias e científicas espalhadas não só na esfera nacional, mas, também em outros países, seria uma das maneiras mais estratégicas de prover a disseminação da sua leitura em diferentes circuitos letrados, bem como dar legitimidade local ao reconhecimento daquela sociedade como espaço de saber em Fortaleza.

Dentre as correspondências expedidas às instituições letradas pela Academia Cearense, foram enviados números de sua revista de publicação anual, conforme constatou-se nas linhas editoriais entre 1895 e 1904, à Sociedade de Geografia do RJ, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Instituto Geográfico da Argentina, Academia de História de Caracas, Real Academia de Ciências de Madrid e outras associações, revistas e jornais. Na revista de 1900, N° 05, p. 02 e 03, encontrou-se a “Lista de Associações e Estabelecimentos donde são enviadas as revistas da Academia Cearense”, os principais núcleos letrados e seus respectivos estados, capitais e países receptores dos artigos publicados por seus sócios: no “ CE: Instituto do Ceará, Centro Literário, Phénix Caixeiral, Iracema Litterária, Bibliotheca Pública; PA: Museu Paraense, Instituto do Pará; PE: Instituto Archeológico de PE; Academia de Direito do Recife; BA: Academia de Medicina, Instituto Geog. e Histórico da BA; Escola de Livre Direito; RJ: Biblioteca Nacional, Archivo Público, Academia de Medicina, Escola de Livre

Direito, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Polytechnico Brasileiro, Sociedade Promotora de Instrução; SC: Instituto Histórico e Geog. De SC; SP: Academia de Direito, Instituto Histórico e Geog. de SP, Bibliotheca Pública, Museu Paulista; Lisboa: Academia Real das Ciências, Sociedade de Geographia; Paris: Societé Bibliographique de France; Washington: Smithsonian Institution”. Quanto aos jornais e revistas, na sua “Lista das Revistas e Jornais das quais é remetida a Revista da Academia Cearense”, apareceram: “CE: A República, O Jornal e o Século XX; AM: Federação, Comércio do Amazonal; PA: O Jornal, Folha do Norte, Gazetta de Belém; AL: Guttemberg; RJ: Jornal do Comércio, O Paíz, Diário do Brazil, A Notícia, Gazetta de Notícias, Cidade do Rio, O Dia, A Imprensa e Revista Brasileira; PE: Estandarte Cathólico, Diário de PE, Jornal do Recife, Era Nova; SP: Cidade de Santos, Correio Paulistano, Revista do Brazil; Paris: Revue des Deux Mondes; London: The Review of Reviews”. Entre os sócios-correspondentes, tem-se ainda as seguintes expoentes nacionais do cenário intelectual do período: Cons. Tristão Alencar Araripe, Visconde de Taunay, Capistrano de Abreu e Clóvis Beviláqua, dentre outros viscondes, cônegos e homens de letras na Capital Federal. Neste sentido, entende-se que a *Revista da Academia Cearense* se fez bastante lida por diferentes círculos de leitores do período, o que também apresenta a relevância que seus membros deram à credibilidade do saber científico enquanto agente transformador.

Contudo, a partir de 1904, este discurso em defesa de um saber científico como ponta-de-lança das decisões nacionais, vai pouco a pouco se desvanecendo, sendo preterido por temas biográficos, efemérides e comemorações. O padecer desta retórica científicista, pode ser percebido a partir de dois fatos intimamente ligados aos sócios da Academia: em primeiro, a extinção do Centro Literário naquele ano, entidade que agregava boa parte dos acadêmicos, que, através da literatura, fazia a defesa explícita do jacobinismo militar e do centralismo político. A extinção do Centro aponta para uma certa acomodação dos intelectuais cearenses com a realidade da política local, sob o domínio dos Acciolys em outros espaços de saber, como o Instituto do Ceará, Liceu e Faculdade de Direito (fundada em 1903). Em segundo, a insatisfação de alguns membros da Academia, cedeu tanto em nome da cooptação de alguns dos seus sócios junto à máquina administrativa, sob monopólio da oligarquia acciolina, como foi o caso de Tomás Pompeu Filho e Antônio

Bezerra, quanto do que correntemente acontecera, quando sócios outros foram perseguidos e optaram pelo exílio de sua terra natal, como aconteceu com Justiniano de Serpa<sup>23</sup>.

Assim, no período compreendido entre os primeiros anos do regime republicano na realidade alencarina, a Academia Cearense foi a sociedade de letras em Fortaleza que reconheceu um modelo para o Estado-Nação brasileiro, em que as decisões políticas e a vida institucional fossem orientadas pelas considerações formuladas nos campos do conhecimento científico. Este modelo que teve como alicerce os pressupostos das teorias científicas, em certa medida primou-se por legitimar a ação política e discursiva dos acadêmicos cearenses frente às práticas deliberadas pelas oligarquias regionais. Na retórica da Academia, era a ciência e os seus conhecedores, que deveriam direcionar os projetos institucionais da vida pública no novo regime. Logo, era preciso identificar as leis morais da civilização, através do conhecimento científico, para colocar a sociedade no curso do progresso. Como bem fora dito, essa distinção herdou-se das práticas sociais que se fizeram presentes tanto na década de 1870, com a Academia Francesa, aprimoradas na década de 1880, durante a campanha abolicionista com o Clube Literário.

---

\* Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará/UECE, Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Universidade Federal Fluminense/ PPGH-UFF, onde desenvolve o projeto de pesquisa “Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”. Produção Literária de Trabalhadores na República Velha (1889 - 1920), orientada pelo Prof. Dr. Fernando Faria, e membro da Sociedade de Belas Letras e Artes Academia da Incerteza.

<sup>1</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)**. – São Paulo: Dissertação de Mestrado defendida no PPGHS/PUC-SP; 2000.

<sup>2</sup> CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso** – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT; 2002.

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural* – Campinas: Papyrus; 1995. p. 246 – 251.

<sup>4</sup> GOLDMAN, Lucien. **Sociologia do Romance** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d. p. 203 – 223.

<sup>5</sup> “Discurso do Vice-presidente da Academia Cearense, dr. Pedro de Queiróz”. **Revista da Academia Cearense. - Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. II; Nº 03; 1897. P. 12.

<sup>6</sup> RODRIGUES, João Paulo C. de S. **A Dança das Cadeiras. Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896 - 1913)** – Campinas: EDUNICAMP; 2003.

<sup>7</sup> “Sim. Si nesta vasta extensão do paiz há um abatimento das energias, podemos afirmar a existência, neste recanto do Norte, de um povo vigoroso, a que falta somente conveniente cultura intellectual para revelar o seu poder de iniciativa em todos os problemas políticos-sociaes”. – **A Quinzena**. Anno I; Nº 04; Fortaleza: 28/ 02/ 1887. p. 26.

<sup>8</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha II (Evolução Política)* – Rio de Janeiro: Difel; 1977. p. 145 – 148.

<sup>9</sup> “Discurso lido perante a Academia Cearense na sessão magna do seu primeiro aniversário, pelo seu presidente Dr. Tomás Pompeu de S. Brasil Filho”. **Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. II; Nº 03; 1897. P. 03 e 04.

<sup>10</sup> COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva/ Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo/ Catecismo Positivista** – São Paulo: Nova Cultural; 1991 (5ª ed).

- 
- <sup>11</sup> Sessão “Bibliographia”: “Licções de Geographia Geral” (comentário bibliográfico do Dr. Guilherme Studart ao livro do seu correligionário de ideal Dr. Tomás P. de S. Brasil Filho). **Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. II; N° 03; 1897. P. 213 e 214.
- <sup>12</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**. – São Paulo/ Natal: HUCITEC/ Editora da UFRN; 1995
- <sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998.
- <sup>14</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão. Tensões Sociais e Produção Cultural na Primeira República** – São Paulo: Brasiliense, 1995 (5ª ed) e PEREIRA, Leonardo Miranda. **O Carnaval das Letras. Literatura e Folia no Rio de Janeiro do Séc. XIX** – Campinas: EDUNICAMP; 2004 (2ª ed).
- <sup>15</sup> CARONE. Op. Cit. p. 211 – 223.
- <sup>16</sup> CARVALHO, Rodrigues de. “Unidade Processual: Memória lida perante a Academia Cearense pelo sócio Rodrigues de Carvalho”. IN: **Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. IX; 1904. p.102 - 106.
- <sup>17</sup> CARVALHO, Rodrigues de. “Unidade Processual: Memória lida perante a Academia Cearense pelo sócio Rodrigues de Carvalho”. IN: **Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. IX; 1904. p.102 - 106.
- <sup>18</sup> “Discurso do Orador oficial da Academia Cearense, Dr. Justiniano de Serpa” – Fortaleza: Typographia Universal; T. II; N° 03; 1897. p. 15 e 16.
- <sup>19</sup> JANOTTI, Ma. de Lourdes M. **Os Subversivos da República** – p. 220 – 231.
- <sup>20</sup> FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs). **O Brasil Republicano (O Tempo do Liberalismo Excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930)** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
- <sup>21</sup> VITTA, Washington Luís. **Alberto Salles: Ideólogo da República** . - São Paulo: Cia. Editora Nacional; 1965.
- <sup>22</sup> “Discurso lido perante a Academia Cearense na sessão magna do seu primeiro aniversário, pelo seu presidente Dr. Tomás Pompeu de S. Brasil Filho”. **Revista da Academia Cearense de Letras**. – Fortaleza: Typographia Universal; T. II; N° 03; 1897 p. 07 e 08.
- <sup>23</sup> ANDRADE, João Mendes de. “A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores” IN: SOUSA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha: 1994 (2ª ed.). p. 218 – 222.